LICITAÇÃO — PERMISSÃO DE USO — ATIVIDADE SIMILAR

— Mandado de Segurança. Edital de Licitação. Exploração de lanchonete. Permissão de uso. Outorga para atividade similar, alterando a destinação originária. Prejuízo ao impetrante. Recurso provido. Segurança concedida. Maioria de votos.

— Sendo incontroverso que as dependências ocupadas pelo vencedor destinavam-se às atividades de lanchonete, reservando-se as demais salas para atividades diferentes, a outorga de permissão a outrem para o ramo

de mini-lanchonete e pastelaria — alterando a destinação — redundou em evidente prejuízo, que importou em violação a direito líquido e certo do impetrante.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recurso Especial nº 147.666

Recorrente: José Geraldo Teixeira

Recorrido: Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás — SUTEG

Recorrido: Geralda Nogueira da Silva

Recorrido: Paulo Roberto Silva Barros

Relator p/ acórdão: Sr. Ministro HÉLIO MOSIMANN

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Hélio Mosimann. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Hélio Mosimann e Adhemar Maciel. Não participaram do julgamento os Srs. Ministros Aldir Passarinho Júnior e Peçanha Martins.

Brasília, 3 de setembro de 1998 (data do julgamento).

Ministro Ari Pargendler, Presidente

Ministro Hélio Mosimann, Relator p/ acórdão

RELATÓRIO

O EXM^o SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (RELATOR):

A Superintendência de transportes e Terminais de Goiás-Suteg publicou edital de licitação com a finalidade de “*oferecer ao público outorga de permissão de uso de Unidades Comerciais no Terminal Rodoviário de Passageiros da Cidade de Alexânia-Goiás*” (FL. 09).

A teor do item 1.5, “*As unidades comerciais oferecidas, com as suas especificações*

e respectivas atividades, encontram-se definidas no anexo nº 01, o qual faz parte integrante deste Edital” (fl. 10).

Nesse anexo, consta que a sala nº 4 seria destinada à atividade de “*lanchonete*” (fl. 23), reservando-se as demais salas para as atividades de “*bijouterias, farmácia, barbearia, BCA revista, frutaria*” (fl. 23).

José Geraldo Teixeira participou da licitação e obteve a permissão de uso “*da unidade comercial nº 4 (lanchonete)*” — fl. 24/26.

Faltando licitantes para a maioria das salas, a Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás-Suteg alterou-lhes a destinação originária e, sem licitação, outorgou o uso de duas delas para Paulo Roberto Silva Barros e para Geralda Nogueira da Silva explorarem, respectivamente, as atividades de “*mini-lanchonete*” (fl. 27) e “*pastelaria*” (fl. 30).

O fato, alegadamente, prejudicou os negócios de José Geraldo Teixeira, o qual, por isso, impetrou o presente mandado de segurança para que “*sejam cassadas imediatamente as Portarias 377 e 378, da SUTEG, maculadas com vício da ilegalidade, restabelecendo, de plano, o direito do impetrante de explorar sozinho a atividade de lanchonete no TRP de Alexânia, GO, conforme fora ofertado no Edital de Licitação da Concorrência Pública*” (fl. 06/07).

A MM. Juíza de Direito Dr^a Edméa Aguiar de Farias Pereira denegou a ordem, destacando-se na sentença o seguinte trecho:

“Analisando o termo de permissão de uso de fls. 24/26 dos autos, firmados entre impetrante e a SUTEG, em nenhuma de suas cláusulas está prevista a exclusividade alegada. O edital de licitação de fl. 09/23 também não garante a exclusividade das atividades objeto do certame licitatório. Portanto, não apresenta a impetrante direito individual, líquido e certo, o que lhe daria legitimação para a propositura do mandamus” (fl. 87).

A Egrégia 1ª Câmara Cível e 4ª Turma Julgadora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Relator o eminente Desembargador Matias W. de O. Negry, manteve a sentença (fl. 148/155).

Lê-se no julgado:

“É inquestionável a ilegalidade dos contratos feitos pela SUTEG com os dois (02) particulares, uma vez que tais contratos foram feitos ao arrepio da Lei 8.666/93, sem qualquer licitação e sem qualquer ato de dispensa da mesma, essa ilegalidade é indiscutível. Ocorre que o apelante parte de uma premissa verdadeira (a ilegalidade) e chega a uma falsa conclusão qual seja: a exclusividade que pretende proferir-lhe o direito líquido e certo de explorar sozinho a atividade de lanchonete” (fl. 153/154). “Não vislumbro nos autos em nenhum momento, nem mesmo no Edital de Licitação essa garantia de exclusividade pretendida pelo ora apelante. Acredito que a SUTEG gerindo serviço público deve pautar-se sempre pelo interesse coletivo ou melhor público” (fl. 15).

Seguiram-se embargos declaratórios (fl. 157/158), rejeitados (fl. 161/167), e daí o presente recurso especial, interposto com base no artigo 105, inciso III, letras “a” e “c”, da Constituição Federal, por violação do artigo 131 do Código Civil, do artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666, de 1994, do artigo 1º da Lei nº 1.533, de 1951, e do artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil (fl. 170/177).

Originariamente não admitida (fl. 189/192), o recurso especial foi processado por força de agravo de instrumento (fl. 194).

O artigo 131 do Código de Processo Civil foi observado pelo acórdão recorrido.

“O juiz” — está dito nesse dispositivo — “apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento”.

Pode ser que o julgado tenha interpretado mal o edital de licitação e o termo de permissão de uso que lhe seguiu, mas nele estão articulados coerentemente os fundamentos da decisão.

Não há contradição entre reconhecer a ilegalidade da outorga das permissões de uso outorgadas sem licitação e denegar a segurança à conta de que o Impetrante não tem o direito de explorar com exclusividade o ramo de “lanchonete” no terminal rodoviário.

São situações distintas: a ilegalidade da outorga das permissões de uso tem como consequência e respectiva anulação, sem implicar o direito à exclusividade pretendida.

Essa exclusividade, se reconhecida, seria um direito individual, tutelado no âmbito do mandado de segurança (Lei nº 1.533, de 1951, art. 1º). Já o direito de anular contrato não precedido de licitação é direito do cidadão, a ser exercido por ação popular (Lei nº 4.717, de 1965, art. 4º, III, “a”).

Nessa linha, e no contexto da causa, não há questão federal a ser examinada na via do recurso especial. Tanto a sentença de 1º grau quanto o acórdão decidiram, à base do edital de licitação e do termo de permissão de uso de fl. 24/26. O Superior Tribunal de Justiça não pode, no âmbito do recurso especial, reinterpretar esses textos.

Dá a conclusão de que o julgado foi prolatado também sem qualquer agravo ao artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666, de 1994, ao artigo 1º da Lei nº 1.533, de 1951 e ao artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Voto, por isso, no sentido de não conhecer do recurso especial.

VOTO

O EXMº SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (RELATOR):

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Nº Registro: 97/0063711-5

RESP 00147666/GO

PAUTA: 19/03/1998

JULGADO: 19/03/1998

Relator: Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER

Subprocurador-Geral da República: Exmo. Sr. Dr. MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO

Secretário: Sra. Dra. BARDIA TUPY VIEIRA FONSECA

AUTUAÇÃO

Recte.: José Geraldo Teixeira

Advogado: João Moreira Santos e outros

Recado.: Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás-SUTEG

Advogado: Wilmar Dias da Silva e outros

Recado.: Geralda Nogueira da Silva

Advogado: Valdivino Clarindo Lima

Recado.: Paulo Roberto Silva Barros

Advogado: Cleima Jaime de Moraes Freitas

SUSTENTAÇÃO ORAL

Sustentaram oralmente os Drs. João Moreira Santos, pelo recorrente e Moacir Guimarães Morais Filho, Subprocurador-Geral da República.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“Após o voto do Sr. Ministro-Relator, não conhecendo do recurso, pediu vista dos autos o Sr. Ministro Hélio Mosimann. Aguardo o Sr. Ministro Adhemar Maciel.”

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Peçanha Martins.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 19 de março de 1998

Sra. Dra. Bardia Tupy Vieira Fonseca, secretária.

VOTO-VISTA (VENCEDOR)

O SR. MINISTRO HÉLIO MOSIMANN:

Extraído do relatório feito pelo Ministro Ari Pargendler (Relator), lembrando a fase inicial do julgamento, o seguinte resumo:

A Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás-Suteg publicou edital de licitação com a finalidade de “oferecer ao público outorga de permissão de uso de Unidades Comerciais no Terminal Rodoviário de Passageiros da Cidade de Alexânia-Goiás”.

A teor do item 1.5, “As unidades comerciais oferecidas, com as suas especificações e respectivas atividades, encontram-se definidas no anexo nº 01, o qual faz parte integrante deste Edital.

Nesse anexo, consta que a sala nº 4 seria destinada à atividade de lanchonete, reservando-se as demais salas para atividades de bijouterias, farmácia, barbearia, banca de revista e frutaria.

José Geraldo Teixeira, o recorrente, participou da licitação e obteve a permissão de uso da unidade comercial nº 4.

Faltando licitantes para a maioria das salas, a Superintendência alterou-lhes a destinação originária e, sem licitação, outorgou o uso de duas delas para Paulo Roberto Silva Barros e para Geralda Nogueira da Silva explorarem, respectivamente, as atividades de mini-lanchonete e pastelaria.

O fato, segundo alegação feita, prejudicou os negócios de José Geraldo Teixeira, que, por isso, impetrou o mandado de segurança para que “sejam cassados imediatamente as Portarias 377 e 378, da Suteg, maculadas com vício da ilegalidade, restabelecendo, de plano, o direito do impetrante de explorar sozinho a atividade de lanchonete no TRP de Alexânia, conforme fora ofertado no Edital de Licitação da Concorrência Pública”.

Denegada a segurança, a Egrégia 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, manteve a sentença.

Seguiram-se embargos declaratórios, rejeitados, e daí o recurso especial, interposto com base no artigo 105, inciso III, letras “a” e “c”, da Constituição Federal, por violação do artigo 131 do Código civil; do artigo 24,

inciso V, da Lei nº 8.666/94; do artigo 1º da Lei nº 1.533/51; e do artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Pelo voto do eminente Relator, o especial não era de ser conhecido.

Assaltando-me algumas dúvidas, pedi vista dos autos.

Em síntese, o recorrente reclama prejuízo porque seu comércio veio a sofrer com a concorrência da atividade similar.

Não conheço também do recurso pela alínea “c” — dissídio jurisprudencial — pois não demonstrada a divergência. O único acórdão trazido a confronto, desta mesma Turma, tratando da questão de forma genérica, não revela dissídio com a decisão recorrida.

Da mesma forma, sigo o Relator em relação à contrariedade aos artigos 131 do Código Civil, 24 da Lei 8.666/94 e 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Minha discordância situa-se na aplicação do artigo 1º da Lei nº 1.533/51. Se é controverso, segundo o chamamento do edital e seu anexo nº 01 — e isso nem comporta discussão — que a sala nº 4, ocupada pelo impetrante e vencedor da licitação, destinou-se à atividade de lanchonete, reservando-se as demais salas para as atividades de bijouterias, farmácia, banca de revista e frutaria, a outorga de permissão a outrem para o ramo de mini-lanchonete e pastelaria, redundou em evidente prejuízo a quem já explorada regularmente e legalmente a mesma atividade.

Tal prejuízo, por sua vez, importou em violação a direito e direito líquido e certo do impetrante, qual seja, o de de explorar o ramo de lanchonete.

É claro que o vencedor só concorreu, habilitando-se na licitação, e esta só lhe interessa, nas condições ali estipuladas, quer dizer, desde que as outras salas se destinassem a atividades diferentes.

Mudada a regra do jogo, no meu modo de ver, caracteriza-se a violação ao artigo 1º, da Lei nº 1.533, de 1951.

Por isso é que conheço do recurso pela alínea “a”, dando-lhe provimento parcial, não para anular inteiramente as duas Portarias mencionadas, mas para invalidá-las no

tocante à destinação. Nada impede sejam as demais salas destinadas às atividades comerciais determinadas no edital.

É como voto, data vênua.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Nº Registro: 97/0063711-5

RESP 147666/GO

Pauta: 19/03/1998

Julgado: 16/04/1998

Relator: Exmo. Sr. Min. Ari Pargendler

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. Min. Ari Pargendler

Subprocurador-Geral da República: Exmo. Sr. Dr. Eduardo Antonio Dantas Nobre

Secretário: Sra. Dra. Bardia Tupy Vieira Fonseca

AUTUAÇÃO

Recte.: José Geraldo Teixeira

Advogado: João Moreira Santos e outros

Recdo.: Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás-Suteg

Advogado: Wilmar Dias da Silva e outros

Recdo.: Geraldo Nogueira da Silva

Advogado: Valdivino Clarindo Lima

Recdo.: Paulo Roberto Silva Barros

Advogado: Cleima Jaime de Moraes Freitas

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Hélio Mosimann, conhecendo do recurso especial e lhe dando parcial provimento, pediu vista dos autos o Sr. Ministro Adhemar Maciel.”

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Peçanha Martins.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 16 de abril de 1998

Sra. Dra. Bardia Tupy Vieira Fonseca, secretária.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ADHEMAR MACIEL:

Senhor Presidente, pedi vista. V. Ex^a, como relator, não conheceu do recurso especial de JOSÉ GERALDO TEIXEIRA.

O ora recorrente especial impetrou mandado de segurança contra ato do DIRETOR-GERAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES E TERMINAIS DE GOIÁS (SUTEG). Alegou que a Suteq, em 05/08/93, abriu concorrência pública com o fim de selecionar interessados na exploração de unidades comerciais no Terminal Rodoviário de Alexânia. Pois bem, ele, impetrante, venceu a concorrência para a unidade nº 4 (lanchonete). Em 10/03/94, foi firmado o contrato de permissão entre o impetrante e a Suteq. Como não houve concorrentes em número suficiente para outras lojas, a Suteq baixou as Portarias nºs 377e 378, permitindo que outros interessados também explorassem o mesmo ramo do ora impetrante. Desse modo, Paulo Roberto Silva Barros e Geralda Nogueira da Silva passaram a explorar as atividades de minilanchonete e pastelaria, respectivamente, no Terminal de Alexânia. Ora, o impetrado não poderia ter agido em desconformidade com o que já fora, antes, assentado com o impetrante, tudo com base na Lei nº 8.666/93. O edital só havia destinado uma sala, a de número 4, para lanchonete. As outras eram para bijuterias, farmácia, barbearia, revista e frutaria. Com a exploração de ramos conexos, seu prejuízo aflorou sensivelmente.

Por último, o impetrante instou fossem cassadas as Portarias nºs 377 e 378 da Suteq, para que ele explorasse, sozinho, a atividade de lanchonete.

2. O juiz indeferiu o pedido de liminar.

3. Os litisconsortes passivos se manifestaram, às fls. 49/50 e 53, porfiando pela sustentação do ato impugnado.

4. Em suas informações, o impetrado começou por dizer que ao impetrante faltava o direito líquido e certo. A seguir, disse que, de seis salas para exploração via permissão administrativa, somente dois concorrentes — dentre eles o impetrante — se habilitaram.

Verificou-se, assim, através do desinteresse de concorrentes, que outra política teria que ser adotada. É que em cidades pequenas, onde os terminais rodoviários são utilizados tão-somente como ponto de parada, diminutas são as outras atividades. Como a Suteq opera com receitas próprias, não se pode dar ao luxo de manter salas fechadas com o fim de afastamento de concorrentes de quem já explora determinado ramo. Ademais, cabe à Suteq, dentro da gama de sua descrição, alterar as destinações das unidades permitidas, tudo com o fim de melhor atender ao objetivo maior de sua existência.

5. O mandado de segurança foi denegado (fls. 83/88), ao fundamento de que o edital de licitação não garantia a exclusividade das atividades.

6. O impetrante apelou.

7. O TJGO, tendo como relator o eminente Desembargador MATIAS NEGRY, conheceu do recurso ordinário, improvando-o, todavia. A ementa do aresto ficou assim cristalizada:

“MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO INCOMPROVADO. 1 — Se inexistente o direito líquido e certo que se busca proteger, por mandado de segurança declara-se a carência de ação. 2 — A ilegalidade existentes não induz a pretensão de exclusividade, e nem fere o direito líquido e certo. Apelo conhecido e improvido. Decisão confirmada.”

8. Inconformado com o resultado, o impetrante interpôs recurso especial após ter interposto embargos declaratórios (rejeitados).

9. No recurso especial (alíneas “a” e “b”), o recorrente falou que, quando firmou o contrato de permissão, estava certo de que exploraria, sozinho, o ramo de lanchonete durante o período contratual de cinco anos. Foi por isso que investiu dinheiro no empreendimento. O ato impugnado violou o inciso V do art. 24 da Lei n. 8.666/94, que dispõe: “É dispensável a licitação.... V — quando não acudirem interessados à licitação anterior a esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas neste caso, todas as condições pré-estabelecidas”.

“A Suteq” — continuou o recorrente a argumentar — “modificou as finalidades das

salas 3 e 6, que eram destinadas à exploração das atividades de bijuterias e barbearia, respectivamente, passando-as para mini-lanchonete e pastelaria, atividades comerciais estas a serem exploradas por seus beneficiários pelo prazo de um ano, em concorrência desleal com a atividade da permissão de uso do recorrente, que é destinada, no edital de concorrência pública, à exploração da atividade de lanchonete, prejudicando-o”.

Por último, o recorrente repisou seu arrazoado, dizendo que o acórdão recorrido era nulo, uma vez que não estava fundamentado (CPC, art. 131). O ora recorrente, então impetrante, havia demonstrado à saciedade que o impetrado havia, ao arrepio da lei, alterado pelas Portarias nºs 377 e 378 as condições anteriores fixados, trazendo prejuízo para ele, recorrente. Ferido restou o inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93, bem como o parágrafo 2º do art. 6º da Lei nº 4.657/42 e o art. 1º da Lei nº 1.533/51.

10. V. Exª, Senhor Presidente, ao não conhecer do recurso, asseverou que, bem ou mal, a sentença estava fundamentada. Assim, não se podia falar em violação do 131 do CPC. “Não há contradição entre reconhecer a ilegalidade da outorga das permissões de uso outorgadas sem licitação e denegar a segurança à conta de que o Impetrante não tem o direito de explorar com exclusividade o ramo de *lanchonete* no terminal rodoviário. São situações distintas: a ilegalidade: a ilegalidade da outorga das permissões de uso tem como consequência a respectiva anulação, sem implicar o direito à exclusividade pretendida”.

Por último, V. Exª asseverou que não havia, quanto as outras alegadas violações, infringência a dispositivo federal. Tanto a sentença de primeiro grau quanto o acórdão decidiram a questão à base do edital de licitação e do termo de permissão de uso.

11. O eminente Ministro MOSIMANN, em voto-vista, após um apanhado dos fatos processuais, também não conheceu do recurso pela alínea “c”. “O único acórdão trazido a confronto, desta mesma Turma, tratando da questão de forma genérica, não revela dissídio com a decisão recorrida”. Também apoiou V.

Exª no tocante à alegada violação do art. 131 do CPC e do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da LICC.

O Ministro MOSIMANN, a seguir, arrematou:

“Minha discordância situa-se na aplicação do artigo 1º, da Lei nº 1.533/51. Se é incontroverso, segundo o chamamento do edital e seu anexo nº 01 — e isso nem comporta discussão — que a sala nº 4, ocupada pelo impetrante e vencedor da licitação, destinou-se à atividade de *lanchonete*, reservando-se as demais salas para as atividades de *bijouterias, farmácia, banca de revista e frutaria*, a outorga de permissão a outrem para o ramo de mini-lanchonete e pastelaria, redundou em evidente prejuízo a quem já explorava regularmente, e legalmente a mesma atividade”.

Se houve mudança de regra do jogo, caracterizada restou a violação do art. 1º da Lei nº 1.533/51. Daí ter o Ministro MOSIMANN conhecido e provido o recurso em parte, para que as atacadas portarias do impetrado fossem invalidadas somente no tocante à destinação.

12. Senhor Presidente, o eminente relator *a quo* chegou à conclusão de que as duas últimas portarias do impetrado são nulas. São nulas porque contrariam a Lei nº 8.666/93. Diz o eminente relator:

“É inquestionável a ilegalidade dos contratos feitos pela SUTEG com os dois (02) particulares, uma vez que tais contratos foram feitos ao arrepio da lei 8.666/93, sem qualquer licitação e sem qualquer ato de dispensa da mesma, essa ilegalidade (é) indiscutível”.

Ora, Senhor Presidente, se as portarias que permitiram os litisconsortes contratarem com o serviço público são nulas por violação de lei federal, os referidos contratos não têm sustentação. Logo, o mandado de segurança teria que ser concedido em parte. O impetrante — é bom que fique bem claro — pede para anular as portarias e ficar sozinho na atividade de exploração de lanchonete.

Ninguém que conheça o mínimo de direito administrativo vai se abalar a defender a tese de que o ora recorrente especial, então impetrante, terá o direito de impedir a permitente de mudar a destinação das salas. Estamos diante de contrato de permissão, que, por

natureza, é precário. Mas a situação fática, concreta, é bem outra. O que o impetrado não poderia fazer, como bem ressaltou o Ministro MOSIMANN, era alterar as regras do jogo. Poderia, nos termos da lei federal então em vigor, baixar *outro edital* e, por exemplo, dizer que todas as seis salas seriam destinadas a lanchonetes etc. Tudo isso está na órbita de sua discricionariedade. Quem quisesse, então, que arriscasse, que enfrentasse a concorrência comercial, que ganhasse menos dinheiro. Mas, isso não foi feito. O que aconteceu? Por não haver licitantes, o impetrado fez contrato com novos interessados, mas, — aí é que está o pecadilho legal — sem publicar novo edital. Em decorrência, alterou-se o que, antes, dispunha o edital, que reservava apenas uma ala, a de número 4, para lanchonete. Assim, a mudança da regra editalícia foi feita, como acertadamente reconheceu o próprio acórdão recorrido, ao arrepio da lei, trazendo prejuízo para quem havia confiado na lisura da Administração pública. Quando o impetrante se habilitou, ganhou a concorrência e assinou o contrato, ele sabia que só haveria, nas condições daquele edital, uma sala destinada a lanchonete.

Os fatos estão provados. Logo, satisfeita está a condição especial para o deslinde via mandado de segurança. No mérito, a segurança merecia ser concedida, ainda que em parte, como se falou mais de uma vez, pois o próprio relator *a quo* reconheceu a contraveniência das portarias à Lei nº 8.666/93.

Cretella Jr., ao comentar o inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93, observa:

“Aberta a *licitação*, pode ocorrer o caso de que não se inscreva nenhum interessado para concorrer ao certame. Nesta hipótese, é dispensável o procedimento licitatório, sempre que este, motivadamente, não puder ser renovado, sem prejuízo, para a Administração e, neste caso serão mantidas todas as condições anteriormente preestabelecidas, no edital, quanto a obras, serviços e compras” (*Das licitações públicas*, 14, ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 2330).

E o impetrado, fazendo tábula rasa do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93, fez dois contratos novos, alterando a especificação do edital. Violou a lei, pois.

No tocante ao art. 1º da LMS, que trata do direito líquido e certo, peço vênia ao Ministro MOSIMANN para dele discordar. É que me filio à melhor doutrina, no meu entender, que vê no direito líquido e certo uma condição especial da ação de mandado de segurança. Vale dizer, o direito líquido e certo nada tem a ver com o mérito. Diz respeito única e exclusivamente ao processo. Direito líquido e certo é prova provada com a inicial. É documento juntado, demonstrando o que se deduziu na petição inicial (Daí os autores alemães falarem em *Urkundenprozess* — processo de documento).

Finalizando. Não conheço do recurso pela alínea “c”. Como muito bem demonstrou o voto-vista do Ministro MOSIMANN, o dissídio jurisprudencial não está caracterizado.

Pela alínea “a”, conheço do recurso, uma vez que ficou comprovada a contrariedade à Lei n. 8.666/93. Dou, dessarte, provimento ao recurso para anular as portarias nas quais se basearam os contratos dos litisconsortes. Em outras palavras, fica concedido, em parte, o mandado de segurança. Custas, pela recorrida.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Nº Registro: 97/0063711-5

RESP 00147666/GO

PAUTA: 19/03/1998

JULGADO: 03/09/1998

Relator: Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER

Subprocurador-Geral da República: Exmo. Sr. Dr. WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO

Secretária: Sra. Dra. BARDIA TUPY VIEIRA FONSECA

AUTUAÇÃO

Recte.: José Geraldo Teixeira

Advogado: João Moreira Santos e outros

Recdo.: Superintendência de Transportes e
Terminais de Goiás — Suteq

Advogado: Wilmar Dias da Silva e outros

Recdo.: Geralda Nogueira da Silva

Advogado: Valdivino Clarindo Lima

Recdo.: Paulo Roberto Silva Barros

Advogado: Cleima Jaime de Moraes Freitas

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo-se no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Adhemar Maciel, vencido o Sr. Ministro-Relator, a Turma, por maioria, conheceu do recurso e deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Hélio Mosimann que lavrara o acórdão.

Participaram do julgamento os Srs. Ministros Aldir Passarinho Júnior e Peçanha Martins.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 3 de setembro de 1998.

Secretária: Sra. Dra. BARDIA TUPY VIEIRA FONSECA